

# Banco Ribeirão Preto S.A.

**Demonstrações financeiras em**

**31 de dezembro de 2023**

## Índice

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes	5
Balanco patrimonial	8
Demonstração do resultado	9
Demonstração do resultado abrangente	10
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstração dos fluxos de caixa	12
Notas explicativas da diretoria às demonstrações financeiras	
1 Contexto operacional	13
2 Apresentação das demonstrações financeiras	13
3 Descrição das principais políticas contábeis	15
4 Caixa e equivalente de caixa	19
5 Títulos e valores mobiliários	19
6 Instrumentos financeiros derivativos	21
7 Relações interfinanceiras	21
8 Operações de crédito e Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	22
9 Outros créditos	25
10 Ativos não financeiros mantidos para venda	25
11 Investimentos e participações em controladas	25
12 Imobilizado de uso	26
13 Depósitos e demais instrumentos financeiros	26
14 Obrigações por empréstimos e repasse	28
15 Outras obrigações	28
16 Imposto de renda e contribuição social	29
17 Contingências	30
18 Patrimônio líquido	30
19 Gerenciamento de Riscos, Capital e Análise de Sensibilidade	31
20 Transações com partes relacionadas	34
21 Outras despesas e receitas operacionais	35
22 Outras informações	35
23 Eventos subsequentes	35



## Relatório da Administração

**Senhores acionistas, conselheiros e clientes:** Apresentamos as demonstrações financeiras do Banco Ribeirão Preto S.A. – BRP, encerradas em 31 de dezembro de 2023.

Ao longo da segunda metade de 2023, o Brasil passou a apresentar conjuntura macroeconômica em equilíbrio bastante satisfatório. A inflação medida pelo IPCA encerrou o ano a 4,6%, recuando de 5,8% em 2022, e dentro do intervalo de tolerância da meta, após três anos consecutivos de descumprimento. O nível de emprego permaneceu elevado, a balança comercial apresentou saldo recorde, o dólar permaneceu em patamar comportado, e houve elevada entrada de investimentos estrangeiros diretos. O país aprovou importantes medidas de recomposição da base fiscal e redução das desigualdades tributárias, e aprovou a mais importante reforma estruturante desde a criação do Plano Real: a Reforma Tributária. O Banco Central Brasileiro, por sua vez, deu início ao ciclo de reduções na Selic, em direção a uma taxa mais neutra, o que ajudou a recuperação do mercado de crédito, passados os efeitos do primeiro semestre.

A economia mundial, em que pese os desafios geopolíticos e humanitários, também apresentou uma dinâmica macroeconômica estável. Nos EUA, continuou o processo de desinflação, manteve-se o elevado nível de emprego, as empresas seguiram lucrativas, com condições financeiras favoráveis. A China continuou a promover mudanças no mix de estímulos à economia, com políticas para ampliação do consumo interno e aumento da exportação de produtos com maior incorporação tecnológica e valor agregado, com inflação controlada. Este cenário internacional tem sido muito positivo para a economia brasileira.

O BRP continuou engajado nos pilares que sustentam o planejamento estratégico e tático, focado incondicionalmente em atender as necessidades dos clientes, consolidando-se como um banco de serviços “tradicional” ou tecnológico “*Banking as a Service*” (*BaaS*), possibilitando aumentar a sua capilaridade junto a cliente e parceiros.

Com relação as inovações tecnológicas, o BRP intensificou as integrações com os parceiros através das camadas de web service de APIs (Interface de Programação de Aplicação) facilitando a entrada da informação nos sistemas legados, agregando maior velocidade e segurança nas transações internas. Em relação as tecnologias financeiras oferecidas aos nossos clientes, a instituição se consolida cada vez mais nos principais pilares do Banco Central do Brasil, Pix, Open Finance e DREX.

No projeto do Real Digital, que tem como um dos objetivos a redução de custo das operações bancárias e atração da sociedade no mercado financeiro, o BRP capitaneado pela ABBC, se tornou a instituição líder no projeto que na sua primeira fase, contempla a emissão do Real Digital (CBDC) e a *tokenização* de alguns ativos (depósito à vista e título público). No final de 2023, o BRP origina através de um projeto piloto junto a uma plataforma tokenizadora, a primeira CCB tokenizada e fragmentada aos nossos clientes investidores.

Neste semestre, a área de Real Estate do BRP com foco em incorporação e loteamentos, concluiu um total de R\$ 126 Milhões de valor de empréstimo, analisando 240 operações distribuídas em 22 estados e 133 cidades.

Neste semestre de 2023, o BRP permanece em primeiro lugar na projeção da Selic de curto prazo pelo Boletim Focus do BACEN. Pela quarta vez consecutiva o BRP é o primeiro do Prisma Fiscal com relação as projeções de Receita Líquida do Governo Federal. As premiações do BRP são resultado da dedicação e trabalho de alta performance dos nossos especialistas, cuja missão é sempre manter o alto padrão dos serviços prestados, tanto para nossos clientes, quanto para a sociedade.



O BRP encerrou o exercício de 2023 com um total de ativos de R\$ 1.677,01 milhões, com a carteira de crédito expandida (Empréstimos/Financiamentos, Fianças, CPRs, CDCAs, CRAs, CRIs, FIDCs, Debêntures e FIP) representando R\$ 1.087,33 milhões. A carteira expandida aumentou em aproximadamente 18% com relação a dezembro 2022. O BRP manteve alguns títulos privados classificados na carteira como mantidos até o vencimento e possui capacidade financeira para mantê-los. O lucro líquido do exercício foi de R\$ 22,623 milhões, o patrimônio líquido atingiu o montante de R\$ 221,83 milhões e o retorno sobre o patrimônio líquido anualizado, 10,7%.

O total de depósitos, contemplando os depósitos a vista, Certificados de Depósitos Bancários (CDB), Letras de Crédito Imobiliário (LCI), Letras de Crédito Agronegócio (LCA) e Letras Financeiras (LF) somou R\$ 1.093,10 milhões.

Ao final do exercício, o BRP apresentou uma reserva de liquidez de R\$ 235,46 milhões, possuindo mais de um patrimônio líquido em reserva e com isso demonstrando sua robusta capacidade de geração de caixa.

O índice de capital principal representou 16,4% dos ativos ponderados pelo risco, excedendo o mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil, que é de 10,50% agregando o adicional de capital principal. Os relatórios detalhados sobre a estrutura de gerenciamento de capital, do risco operacional, de mercado, de liquidez e de crédito encontram-se disponíveis ao acesso público na matriz da instituição.

**Agradecimentos:** Agradecemos aos nossos clientes pela escolha do BRP, aos acionistas e conselheiros pelo apoio e confiança, bem como aos nossos colaboradores pela dedicação, fatores estes preponderantes para o desenvolvimento e crescimento do Banco Ribeirão Preto S.A.

Ribeirão Preto, 29 de janeiro de 2024.

**A Administração**



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 12º andar - Torre A  
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil  
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil  
Telefone +55 (11) 3940-1500  
kpmg.com.br

## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

### Ao Conselho de Administração e Acionistas do Banco Ribeirão Preto S.A.

*Ribeirão Preto - SP*

#### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Ribeirão Preto S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Ribeirão Preto S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as

demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais




se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de janeiro de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP-027685/O-0 F SP

  
João Paulo Dal Poz Alouche  
Contador CRC 1SP245785/O-2

# Banco Ribeirão Preto S.A.

## Balço patrimonial

Em milhares de reais

	Nota	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
<b>Ativo</b>			
<b>Disponibilidades</b>	4	15	32
<b>Instrumentos financeiros</b>			
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	170.037	-
Títulos e valores mobiliários	5	651.112	565.476
Derivativos	6	-	245
Relações interfinanceiras	7	8.474	7.006
Operações de crédito - Setor privado	8	789.208	649.793
( - ) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8	(8.669)	(16.980)
( - ) Prêmio a diferir sobre Operações de crédito	8 (g)	(1.036)	(1.128)
Créditos a receber	22	17.543	18.011
Outros créditos	9	4.226	4.059
<b>Ativos fiscais diferidos</b>	16 (b)	17.200	22.923
<b>Ativos não financeiros mantidos para venda</b>	10	17.816	19.377
( - ) Provisões para desvalorizações	10	(2.043)	(2.043)
<b>Investimentos em participações em controladas</b>	11	11.088	13.789
<b>Imobilizado de uso</b>	12	3.103	3.065
( - ) Depreciações acumuladas	12	(1.061)	(564)
<b>Total do ativo</b>		<b>1.677.013</b>	<b>1.283.062</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Depósitos e demais instrumentos financeiros</b>			
Relações interfinanceiras	7	308.549	132.348
Depósitos	13	231.960	195.009
Recursos de aceites e emissão de títulos	13	567.946	443.271
Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais	14	326.481	292.091
<b>Outras obrigações</b>			
Sociais e estatutárias	15	3.579	5.111
Fiscais e previdenciárias		11.296	1.139
Diversas		5.370	5.014
<b>Passivos fiscais diferidos</b>		-	7.744
<b>Total do passivo</b>		<b>1.455.181</b>	<b>1.081.725</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
<b>Capital social</b>	18	204.864	183.612
<b>Reserva legal</b>		1.131	1.181
<b>Reservas de lucros</b>		15.837	16.544
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>221.832</b>	<b>201.337</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>1.677.013</b>	<b>1.283.062</b>

As notas explicativas da diretoria são parte integrante das demonstrações financeiras.



# Banco Ribeirão Preto S.A.

## Demonstração do resultado

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Semestre findo em 31 de dezembro de 2023	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
	Nota		2023	2022
<b>Receitas da intermediação financeira</b>		<b>106.584</b>	<b>200.537</b>	<b>158.271</b>
Operações de crédito	8 (f)	52.675	98.919	87.255
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5 (c)	51.276	98.563	65.205
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	6	2.633	3.054	5.811
<b>Despesas da intermediação financeira</b>		<b>(75.792)</b>	<b>(139.029)</b>	<b>(115.991)</b>
Operações de captação	13	(59.424)	(111.379)	(87.995)
Operações de empréstimos e repasses	14	(14.337)	(24.754)	(17.505)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8	(2.031)	(2.896)	(10.491)
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>		<b>30.793</b>	<b>61.508</b>	<b>42.280</b>
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>	21	<b>(12.583)</b>	<b>(25.641)</b>	<b>(22.552)</b>
Receitas de prestação de serviços		2.266	3.643	3.317
Despesas de pessoal		(6.241)	(12.521)	(11.883)
Outras despesas administrativas		(8.282)	(14.683)	(11.976)
Despesas tributárias		(1.535)	(3.220)	(2.513)
Outras receitas operacionais		5	11	10
Resultado de participação em controlada	11	1.203	1.129	493
<b>Resultado operacional</b>		<b>18.210</b>	<b>35.867</b>	<b>19.728</b>
<b>Resultado não operacional</b>	22	<b>1.449</b>	<b>2.983</b>	<b>8.607</b>
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações</b>		<b>19.659</b>	<b>38.851</b>	<b>28.334</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	16	<b>(4.817)</b>	<b>(13.052)</b>	<b>(863)</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes		(2.890)	(15.073)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(1.926)	2.020	(863)
<b>Participações no resultado</b>	22	<b>(1.877)</b>	<b>(3.175)</b>	<b>(3.837)</b>
<b>Lucro líquido no semestre / exercício</b>		<b>12.965</b>	<b>22.623</b>	<b>23.634</b>

As notas explicativas da diretoria são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Banco Ribeirão Preto S.A.

### Demonstração do resultado abrangente

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Semestre findo em 31	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	de dezembro de	2023	2022
	2023	2023	2022
Resultado líquido do semestre / exercício	12.965	22.623	23.634
Itens que não serão reclassificados para o resultado	-	-	42
Atualização de títulos patrimoniais	-	-	42
<b>Total resultado abrangente do semestre / exercício</b>	<b>12.965</b>	<b>22.623</b>	<b>23.676</b>

As notas explicativas da diretoria são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Banco Ribeirão Preto S.A.

## Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
				Reserva legal	Reservas especiais de lucro		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>		<b>163.710</b>	<b>5.751</b>	<b>1.078</b>	<b>15.099</b>		<b>185.638</b>
Aumento de capital social	18	16.177		(1.078)	(15.099)		-
Reversão JCP proposto 2021			3.725				3.725
Integralização JCP ao capital		3.725	(3.725)				-
Atualização de títulos patrimoniais			(5.751)				(5.751)
Pagamento aos acionistas					(798)		(798)
Lucro líquido no exercício						23.634	23.634
Destinações:							
Reserva legal				1.181		(1.181)	-
Juros sobre o capital próprio						(5.111)	(5.111)
Lucros a disposição dos acionistas					17.342	(17.342)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>183.612</b>	<b>-</b>	<b>1.181</b>	<b>16.544</b>	<b>-</b>	<b>201.337</b>
Aumento de capital social		17.725					17.725
Reversão JCP proposto 2022			3.527	(1.181)	(16.544)		(14.198)
Integralização JCP ao capital		3.527	(3.527)				-
Atualização de títulos patrimoniais							-
Pagamento aos acionistas							-
Lucro líquido no exercício						22.623	22.623
Destinações:	18						
Reserva legal				1.131		(1.131)	-
Juros sobre o capital próprio						(5.655)	(5.655)
Lucros a disposição dos acionistas					15.837	(15.837)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>204.864</b>	<b>-</b>	<b>1.131</b>	<b>15.837</b>	<b>-</b>	<b>221.832</b>
<b>Saldos em 30 de junho de 2023</b>		<b>204.864</b>	<b>-</b>	<b>483</b>	<b>6.760</b>		<b>212.107</b>
Aumento de capital social							-
Reversão JCP proposto 2022							-
Integralização JCP ao capital							-
Atualização de títulos patrimoniais			-				-
Pagamento aos acionistas							-
Lucro líquido no semestre						12.965	12.965
Destinações:	18						
Reserva legal				648		(648)	-
Juros sobre o capital próprio						(3.241)	(3.241)
Lucros a disposição dos acionistas					9.076	(9.076)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>204.864</b>	<b>-</b>	<b>1.131</b>	<b>15.837</b>	<b>-</b>	<b>221.832</b>

As notas explicativas da diretoria são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Banco Ribeirão Preto S.A.

## Demonstração dos fluxos de caixa

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Segundo semestre 2023	Exercícios findos em 31 de dezembro	
		2023	2022
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
<b>Lucro líquido do semestre / exercício</b>	<b>12.965</b>	<b>22.623</b>	<b>23.634</b>
Provisão para impostos sobre o lucro correntes e diferidos	4.817	13.053	863
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	2.031	2.896	10.492
Provisão para participações no resultado	1.877	3.175	3.838
Depreciações	235	495	398
Resultado de participação em controlada	(1.203)	(1.129)	(493)
Ativos fiscais diferidos	1.926	5.723	924
Provisão para contingências	17	(343)	374
Resultados com investimentos	(353)	(1.941)	(5.751)
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários	(4.236)	(10.510)	(4.582)
<b>Varição em ativos e passivos</b>	<b>(19.425)</b>	<b>(31.723)</b>	<b>(72.799)</b>
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(170.037)	(170.037)	-
Títulos e valores mobiliários	(58.598)	(75.127)	(111.764)
Derivativos (ativo)	-	245	3.537
Relações interfinanceiras (ativo)	(5.808)	(1.468)	(5.570)
Operações de crédito	(157.150)	(150.713)	(10.348)
Créditos a receber	515	468	257
Outros créditos	(1.704)	(13.219)	1.483
Ativos não financeiros mantidos para venda	1.229	1.561	936
Relações interfinanceiras (passivo)	51.563	176.202	(37.850)
Depósitos	117.335	36.951	(42.236)
Recursos de aceites e emissão de títulos	83.546	124.675	119.390
Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais	120.696	34.390	18.941
Derivativos (passivo)	-	-	(2.400)
Outras obrigações	(1.012)	12.093	(7.553)
Passivos fiscais diferidos	-	(7.744)	378
<b>Total variações</b>	<b>(1.349)</b>	<b>2.318</b>	<b>(43.102)</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos	(4.408)	(7.305)	(2.783)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais antes dos impostos</b>	<b>(4.408)</b>	<b>(7.305)</b>	<b>(2.783)</b>
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais</b>	<b>(5.757)</b>	<b>(4.987)</b>	<b>(45.885)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>			
Recebimento de dividendos de controladas	500	500	-
Recebimento de lucro de investida	5.273	5.273	-
Aquisição de investimentos	-	-	(2.509)
Adição de ativo imobilizado	(22)	(37)	(1.283)
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimentos</b>	<b>5.750</b>	<b>5.735</b>	<b>(3.792)</b>
<b>Fluxo de caixa de atividade de financiamento</b>			
Pagamento de juros sobre capital próprio aos acionistas	-	(766)	(512)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos</b>	<b>-</b>	<b>(766)</b>	<b>(512)</b>
<b>Redução de caixa e equivalentes de caixa, líquidos</b>	<b>(7)</b>	<b>(17)</b>	<b>(50.189)</b>
<b>Modificações na posição financeira</b>			
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>			
No início do semestre / exercício	22	32	50.221
No fim do semestre / exercício	15	15	32
<b>Redução de caixa e equivalentes de caixa, líquidos</b>	<b>(7)</b>	<b>(17)</b>	<b>(50.189)</b>

As notas explicativas da diretoria são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Notas explicativas às Demonstrações Financeiras**

### **1 Contexto operacional**

O Banco Ribeirão Preto S.A. (“Banco” ou “BRP”), banco múltiplo, com sede na Avenida Presidente Vargas nº 2.121, 4º andar, iniciou suas atividades em 10 de abril de 1995 e tem por objetivo a prática de operações inerentes às carteiras comercial, crédito, financiamento, investimento e leasing. O Banco é controlado pela Varuna Investimentos Financeiras S.A.

O Banco tem por missão principal fomentar a intermediação financeira, colaborando assim com a promoção do desenvolvimento socioeconômico, atuando através de produtos e serviços financeiros e tecnológicos de altíssima qualidade que gerem impactos decisivos para o sucesso dos clientes. Isto tudo, trabalhando com agilidade, visando o relacionamento de longo prazo e criando valor para os clientes, colaboradores e acionistas.

### **2 Apresentação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pela Banco Central do Brasil, e estão em conformidade com a regulamentação emanada do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e do Banco Central do Brasil (“BACEN”), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela diretoria na sua gestão.

Em 12 de agosto de 2020, o BACEN emitiu a Resolução BCB nº 2, que consolida os critérios para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras pelas instituições de financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. O objetivo principal dessa norma é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards (IFRS)*.

Conforme Art. 23º da Resolução BCB nº 2/20 as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade, por entender que essa forma de apresentação proporcionará informação mais relevante e confiável para o usuário.

As demonstrações financeiras do Banco foram preparadas com base no pressuposto de continuidade de suas operações e aprovadas pelo Conselho de Administração em 26 de janeiro de 2024.

#### **a. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações**

Vigentes a partir de 1º de janeiro de 2024:

- (i) Resolução BCB nº 319 de 18/5/2023 Estabelece limites máximos de exposição por cliente e limite máximo de exposições concentradas, e altera as Resoluções BCB ns. 201, de 11 de março de 2022, e 265, de 25 de novembro de 2022.
- (ii) Resolução BCB nº 331 de 27/6/2023 Dispõe sobre a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PR SAC) a ser estabelecida por conglomerado prudencial classificado como Tipo 3 e sobre as ações com vistas à sua efetividade.

- (iii) Resolução BCB nº 352 de 23/11/2023 Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários, pelas sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários, pelas sociedades corretoras de câmbio, pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e sobre os procedimentos contábeis para a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros, a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros, a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e a evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.
- (iv) Resolução BCB nº 356 de 28/11/2023 Estabelece os procedimentos para o cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco (RWA) relativa ao cálculo do capital requerido para o risco operacional mediante abordagem padronizada (RWAOPAD), de que tratam a Resolução CMN nº 4.958, de 21 de outubro de 2021, e a Resolução BCB nº 200, de 11 de março de 2022. Vigente a partir de 01º de janeiro de 2025.
- (v) Resolução CMN nº 5.114 de 21/12/2023 Altera a Resolução nº 4.222, de 23 de maio de 2013, para estabelecer as condições em que as instituições associadas ao Fundo Garantidor de Créditos (FGC) devem manter montante alocado em títulos públicos federais e para alterar o limite máximo para emissão de Depósitos a Prazo com Garantia Especial (DPGE).

A administração optou pela não adoção antecipada no que tange as novas atualizações emitidas, e até o presente momento não identificou possíveis impactos materiais.

#### Plano de implementação Res. 4.966/21

Em cumprimento ao disposto pela Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021, e outros normativos correlacionados, o BRP elaborou o Plano de Implementação da Regulamentação Contábil e dos impactos preliminares previstos pela mesma resolução.

Este plano engloba definição de equipe do projeto, estudo da regulamentação, montagem de cronograma em conjunto com fornecedores, bem como apresentação e aprovação em Diretoria e Conselho de administração.

O BRP está atuando junto aos grupos de trabalho da Associação Brasileira de Bancos (ABBC), fóruns específicos e em contato próximo e permanente com o prestador de serviço de tecnologia para monitoramento e discussão das principais mudanças e funcionalidades impactadas.

A instituição entende que as mudanças nos modelos de negócio e relação com produtos financeiros trarão impactos em toda esteira e processos internos, sendo necessária a revisão e readequação de políticas e controles, bem como reformulação do elenco de contas do COSIF.

O cronograma do Plano de Implementação prevê fases de testes e homologações durante o ano de 2024 para implantação e vigência a partir de 01º de janeiro de 2025.

O Conselho de Administração e Diretoria Executiva estão cientes e aprovaram o plano de implementação, considerando os impactos e mudanças contábeis, regulatórias, de risco e normas internas das implementações do proposto pela Resolução CMN nº 4.966/21, e estão empenhando esforços ao atendimento das melhores práticas, visando maior qualidade nas informações fornecidas aos usuários.

### **3 Descrição das principais políticas contábeis**

As principais políticas contábeis adotadas para o registro das operações e para a elaboração das demonstrações financeiras do Banco são as seguintes:

#### **a. Moeda Funcional**

As informações financeiras do Banco Ribeirão Preto estão representadas em reais (R\$), que é sua moeda funcional e de apresentação. Arredondada ao milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### **b. Redução no valor recuperável de ativos (*Impairment*)**

O registro contábil deve assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado no tempo. Quando identificada qualquer evidência de deterioração ou perda de valor, será reconhecida a desvalorização por meio da constituição da provisão para perdas. Tais provisões são reconhecidas no resultado do período, conforme previsto em Resolução nº 4.924/21 de 1/1/22 e em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 01.

#### **c. Apuração do resultado**

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “pro rata” dia para aquelas de natureza financeira.

#### **d. Disponibilidades**

São representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades, aplicações em depósitos interfinanceiros e em títulos de renda fixa livres, com prazo total de aplicação de até 90 dias, sendo o risco de mudança no valor de mercado destes considerado insignificante. Os equivalentes de caixa são aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

#### **e. Aplicações interfinanceiras de liquidez**

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data dos balanços, calculados “pro rata” dia, com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados.

#### **f. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros**

De acordo com a Circular do BACEN nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da diretoria em três categorias específicas:

- (i) **Negociação:** adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Por isso, são classificados no ativo circulante, independentemente do seu prazo de vencimento. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- (ii) **Disponíveis para venda:** títulos e valores mobiliários que podem ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados ou de serem mantidos até o seu vencimento. Os

rendimentos intrínsecos (“*accrual*”) são reconhecidos na demonstração de resultado e as variações no valor de mercado ainda não realizados em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários; e

- (iii) Mantidos até o vencimento: títulos e valores mobiliários para os quais o banco tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até seu vencimento. São contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos intrínsecos. A reavaliação quanto à classificação dos títulos e valores mobiliários é efetuada por ocasião da elaboração dos balanços semestrais, levando em conta a intenção e a capacidade financeira, observado os procedimentos estabelecidos pela Circular do BACEN nº 3.068/01.

**g. Mensuração do valor de mercado**

A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado (valor provável de realização) dos títulos e valores mobiliários é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela diretoria, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, aplicáveis para a data base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados. De acordo com a Circular do BACEN nº 3.082/02 e regulamentações posteriores, os instrumentos financeiros derivativos devem ser classificados na data de sua aquisição de acordo com a intenção da diretoria para fins ou não de proteção (hedge) e ajustados pelo valor de mercado com as valorizações e desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, estes são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

**h. Instrumentos financeiros derivativos**

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração para fins ou não de proteção (hedge), seguindo as premissas da Circular BACEN nº 3.082/2002.

As operações que utilizam instrumentos financeiros efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizadas e não realizadas, reconhecidas diretamente na demonstração de resultados.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

**i. Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito**

Demonstradas a valor presente com base no indexador e na taxa de juros contratuais, calculadas “pro rata temporis” até a data do balanço. As receitas relativas às operações que apresentam atraso igual ou superior



a 60 dias são reconhecidas no resultado somente quando recebidas, independentemente do seu nível de classificação de risco.

As operações de crédito são classificadas quanto ao nível de risco, de acordo com os critérios que levam em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e garantidores, observados os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis (de AA a H).

As operações classificadas como nível H (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses e, desde que apresente atraso superior a 180 dias, são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. Admite-se a reclassificação para categoria de menor risco quando houver amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco.

As renegociações de operações de crédito anteriormente baixadas contra provisão e que estavam em conta de compensação são classificadas como nível H, e os eventuais ganhos provenientes das renegociações somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

**j. Ativos não financeiros mantidos para venda**

Compostos basicamente por bens não destinados a uso, notadamente aqueles recebidos em dação de pagamento, cujo valor é ajustado ao seu valor de realização quando inferior ao saldo devedor da operação original.

**k. Investimento em participações em controladas**

O Banco possui participação societária em registradores/depositárias centrais e empresa cuja atividade compreende a assessoria e consultoria financeira. Os investimentos nas registradoras/depositárias centrais são feitos pelo valor justo e os investimentos na controlada é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial e foi, inicialmente, reconhecido pelo seu valor de custo (Nota 11).

**l. Imobilizado de uso**

Demonstrado pelo custo de aquisição. A depreciação do imobilizado é calculada com base no método linear, considerando taxas anuais que contemplam a vida útil e econômica dos bens, como segue: máquinas, equipamentos, móveis e utensílios 4%; equipamentos de processamento de dados 20%; benfeitorias de 10% a 20%, pelo prazo máximo de nove anos.

**m. Passivos**

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, deduzidos, quando aplicável, das correspondentes despesas a apropriar, incluindo os encargos incorridos.

**n. Obrigações por empréstimos e repasses**

As obrigações por empréstimos e repasses são demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridas.

**o. Imposto de renda e contribuição social**

A provisão para imposto de renda corrente foi calculada pela alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro exercício excedente a R\$ 240. A provisão para contribuição social é constituída pela alíquota de 20% (2022 – 21%). Os ativos fiscais diferidos sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e adições temporárias foram constituídos de acordo com as alíquotas vigentes na data base das demonstrações financeiras, considerando as suas perspectivas de recuperação, e estão registrados no ativo circulante e realizável a longo prazo (Nota 16).

**p. Estimativas contábeis**

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, requer que a diretoria use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, substancialmente, a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, a provisão para desvalorização de certos ativos, a constituição e realização de imposto de renda diferido, a marcação a mercado dos instrumentos financeiros e a provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Banco revisa as estimativas e as premissas mensalmente.

**q. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com a Resolução do CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Contábil (CPC 25) e a BCB nº 319/22, da seguinte forma:

- **Ativos contingentes** - não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.
- **Contingências passivas** - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da diretoria, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão ou divulgação. Causas classificadas como perda possível são apenas divulgadas.
- **Obrigações legais (fiscais e previdenciárias)** - referem-se às demandas judiciais, onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, integralmente provisionado e atualizado mensalmente.

#### 4 Caixa e equivalente de caixa

O caixa e equivalente de caixa é constituído por:

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Caixa	3	1
Reserva livre	12	31
<b>Disponibilidades</b>	<b>15</b>	<b>32</b>
NTN - Notas do tesouro nacional	170.037	-
<b>Aplicação interfinanceira de liquidez</b>	<b>170.037</b>	<b>-</b>

#### 5 Títulos e valores mobiliários

##### a. Composição por classificação

A carteira é composta por aplicações em títulos públicos livres ou vinculados à garantia de operações na B3, classificados em categoria de títulos mantidos para negociação, e privados, classificados em categoria de títulos mantidos para negociação, como debêntures, CRAs (certificados de recebíveis do agronegócio) e CRIs (certificados de recebíveis do imobiliário) e mantidos até o vencimento, como os CDCAs (certificado de direitos creditórios do agronegócio) de pessoas jurídicas que exercem atividades voltadas para o agronegócio e CPRs (cédula de produto rural) emitidas por produtores rurais.

	31 de dezembro de 2023			31 de dezembro de 2022	
	Custo amortizado	Ajuste ao valor de mercado	Valor contábil	Níveis hierárquicos de valor de mercado	Valor de contábil
LFT - Letras financeiras do tesouro	328.255	(204)	328.052	Nível 1	50.490
LTN - Letras do tesouro nacional	-	-	-	Nível 1	215.339
NTN - Nota do tesouro nacional	28.197	(519)	27.678	Nível 1	26.339
Vinculados à prestação de garantias - LTN	-	-	-	Nível 1	5.363
CRA - Certificados de recebíveis agronegócios	35.175	(320)	34.855	Nível 2	63.307
CRI - Certificados de recebíveis imobiliários	26.729	(201)	26.528	Nível 2	19.917
Debêntures	29.985	(6.795)	23.190	Nível 1	37.131
FIDC - Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios	3.042	-	3.042	Nível 1	1.224
FIP - Fundos de Investimentos Privados	20.153	-	20.153	Nível 1	15.270
Nota Comercial	2.909	(15)	2.895	Nível 2	-
Compromissada títulos privados	4.502	(204)	4.299	Nível 1	-
Vinculados à prestação de garantias - LFT	5.789	5	5.794	Nível 1	-
<b>Total Títulos para negociação</b>	<b>484.737</b>	<b>(8.252)</b>	<b>476.485</b>		<b>434.380</b>
CDCA - Certificados de direitos creditórios de agronegócio	1.009	-	1.009	Nível 2	7.074
CPR - Cédula de produto rural	174.448	(830)	173.618	Nível 2	124.022
<b>Total Títulos mantidos até o vencimento</b>	<b>175.457</b>	<b>(830)</b>	<b>174.627</b>		<b>131.096</b>
<b>Total Títulos e Valores Mobiliários</b>	<b>660.194</b>	<b>(9.082)</b>	<b>651.112</b>		<b>565.476</b>

## b. Composição por vencimento

	31 de dezembro de 2023			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
LFT - Letras financeiras do tesouro	-	-	333.846	333.846
NTN - Nota do tesouro nacional	-	27.678	-	27.678
CRA - Certificados de recebíveis agronegócios	-	3.595	31.260	34.855
CRI - Certificados de recebíveis imobiliários	-	-	26.528	26.528
Debêntures	-	-	23.190	23.190
FIDC - Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios	-	-	3.042	3.042
FIP - Fundos de Investimentos Privados	-	-	20.153	20.153
Compromissada títulos privados	4.299	-	-	4.299
Nota comercial	-	-	2.895	2.895
<b>Total Títulos para negociação</b>	<b>4.299</b>	<b>31.273</b>	<b>440.913</b>	<b>476.485</b>
CPR - Cédula de produto rural	26.477	84.073	63.068	173.618
CDCA - Certificados de direitos creditórios de agronegócio	1.009	-	-	1.009
<b>Total Títulos mantidos até o vencimento</b>	<b>27.486</b>	<b>84.073</b>	<b>63.068</b>	<b>174.627</b>
	<b>31.785</b>	<b>115.346</b>	<b>503.981</b>	<b>651.112</b>
<b>Total - Circulante</b>				<b>588.044</b>
<b>Total - Não circulante</b>				<b>63.068</b>

	31 de dezembro de 2022			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
LFT - Letras financeiras do tesouro	-	-	50.490	50.490
LTN - Letras do tesouro nacional	-	-	220.702	220.702
NTN - Nota do tesouro nacional	-	-	26.339	26.339
CRA - Certificados de recebíveis agronegócios	-	-	63.307	63.307
CRI - Certificados de recebíveis imobiliários	19.917	-	-	19.917
Debêntures	-	-	37.131	37.131
FIDC - Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios	-	-	1.224	1.224
FIP - Fundos de Investimentos Privados	15.270	-	-	15.270
<b>Total Títulos para negociação</b>	<b>35.187</b>	<b>-</b>	<b>399.193</b>	<b>434.380</b>
CPR - Cédula de produto rural	31.127	79.326	13.569	124.022
CDCA - Certificados de direitos creditórios de agronegócio	-	-	7.074	7.074
<b>Total Títulos mantidos até o vencimento</b>	<b>31.127</b>	<b>79.326</b>	<b>20.643</b>	<b>131.096</b>
	<b>66.314</b>	<b>79.326</b>	<b>419.836</b>	<b>565.476</b>
<b>Total - Circulante</b>				<b>544.833</b>
<b>Total - Não circulante</b>				<b>20.643</b>

## c. Resultado com títulos e valores mobiliários

A rubrica “Receitas da intermediação financeira - Resultado de operações com títulos e valores mobiliários”, no Demonstrativo de resultado, tem a composição abaixo:

	Semestre findo em 31	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
	de dezembro de 2023	2023	2022
Receita de juros - títulos públicos e privados	37.716	77.565	53.690
Operações compromissadas	9.324	10.488	6.933
Ajuste a valor de mercado	4.236	10.510	4.581
<b>Total Receitas de Operações com títulos e valores mobiliários</b>	<b>51.276</b>	<b>98.563</b>	<b>65.205</b>

## 6 Instrumentos financeiros derivativos

Os principais fatores de risco dos Instrumentos financeiros derivativos estão relacionados às taxas de câmbio e juros.

				31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
	Valor de referência (conta de compensação)	Valor a receber (a pagar)	Efeito líquido (resultado)	Valor contábil (patrimonial)	Valor contábil (patrimonial)
<b>Posição ativa - Diferencial a receber</b>					
Futuro DI - F24	-	-	(235)	-	-
Futuro DI - N26	-	-	91	-	-
Swap (% CDI) x (IPCA + 6,5% a.a.)	-	-	(65)	-	245
Dólar futuro	42.576	-	3.263	-	-
	<b>42.576</b>	<b>-</b>	<b>3.054</b>	<b>-</b>	<b>245</b>

## 7 Relações interfinanceiras

O saldo da rubrica relações interfinanceiras é composto pelas posições ativas e passivas distribuídas conforme abaixo:

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
<b>Posições ativas</b>		
Depósitos no Banco Central - pagamento instantâneo	8.138	6.617
Correspondentes no país	335	389
	<b>8.474</b>	<b>7.006</b>
<b>Total - Circulante</b>	<b>8.474</b>	<b>7.006</b>
<b>Total - Não circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Posições passivas</b>		
LFT - Vinculados a compromisso de recompra	279.038	32.006
LTN - Vinculados a compromisso de recompra	-	100.342
NTN - Vinculados a compromisso de recompra	25.010	-
Compromissada títulos privados	4.500	-
	<b>308.549</b>	<b>132.348</b>
<b>Total - Circulante</b>	<b>308.549</b>	<b>132.348</b>
<b>Total - Não circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Saldo descritos na rubrica de “Depósitos no Banco Central – pagamento instantâneo” refere-se à parcela do saldo diário da conta de reserva para pagamentos instantâneos (SPI – Sistema de Pagamentos Instantâneos) para transações entre contas correntes instantâneas (Pix).

Compromissada com títulos privados refere-se à título dado como lastro para operação compromissada (Nota 5b).

**8 Operações de crédito e Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito****a. Composição da carteira por modalidade de operação - Setor privado**

	31 de dezembro de 2023			31 de dezembro de 2022		
	Saldo	Provisão para perda esperada	Saldo contábil	Saldo	Provisão para perda esperada	Saldo contábil
Capital de giro	362.667	(4.499)	358.168	269.710	(3.033)	266.677
Repasses de recursos do terceiros (i)	257.364	(1.100)	256.264	247.022	(1.124)	245.898
Cessão de crédito imobiliário	36.657	(891)	35.766	36.493	(2.265)	34.228
Financiamento imobiliário	16.414	(940)	15.474	26.663	(2.399)	24.264
Conta garantida / Cheque especial	50.566	(395)	50.171	26.109	(3.839)	22.270
Crédito direto ao consumidor	28.676	(225)	28.452	18.050	(161)	17.889
Cédula de crédito a exportação	17.058	(160)	16.898	12.487	(53)	12.434
Desconto de títulos / Risco Sacado	-	-	-	4.839	(4.054)	785
Crédito pessoal	7.198	(362)	6.836	4.839	(29)	4.810
Vendor	1.104	(8)	1.096	3.459	(23)	3.436
Home equity	146	(1)	145	88	-	88
Antecipação de recebíveis de cartão	11.357	(88)	11.269	34	-	34
<b>Total</b>	<b>789.208</b>	<b>(8.669)</b>	<b>780.539</b>	<b>649.793</b>	<b>(16.980)</b>	<b>632.813</b>

(i) Saldo composto por operações de FUNCAFE (repasso do Ministério da Agricultura e Pecuária), BNDES e Finame (repasso do BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social).

**b. Composição da carteira por faixa de vencimento - Setor privado**

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Vencidas	19.989	8.120
A vencer até 90 dias	30.300	33.129
A vencer entre 91 e 360 dias	275.960	242.777
A vencer acima de 360 dias	462.960	365.767
<b>Total</b>	<b>789.208</b>	<b>649.793</b>

**c. Composição da carteira por setor de atividade - Setor privado**

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Indústria	41.195	35.853
Comércio	313.277	216.381
Serviços	303.167	275.810
Pessoas físicas	131.570	121.749
<b>Total</b>	<b>789.208</b>	<b>649.793</b>

## d. Composição das exposições da carteira de crédito por indexador

	31 de dezembro de 2023		31 de dezembro de 2022	
	Valor	% sobre carteira total	Valor	% sobre carteira total
PRE	311.432	39,5%	345.480	53,2%
CDI	352.694	44,7%	209.668	32,3%
IGPM	53.361	6,8%	49.349	7,6%
IPCA	71.721	9,1%	45.160	6,9%
TJLP	0	0,0%	136	0,0%
<b>Total</b>	<b>789.208</b>	<b>100%</b>	<b>649.793</b>	<b>100%</b>

## e. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito apresentou a seguinte movimentação:

	2023	2022
<b>Saldo inicial</b>	<b>(16.980)</b>	<b>(11.672)</b>
Transferências para prejuízo	11.207	5.182
Constituição de provisão	(3.716)	(11.411)
Reversões de provisão	820	921
<b>Saldo final</b>	<b>(8.669)</b>	<b>(16.980)</b>

Em atendimento às Resoluções nºs 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional, o cálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é feito com base nos níveis de risco das operações de crédito. O risco da carteira e a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito estavam assim distribuídos:

Níveis de risco	31 de dezembro de 2023		Total das operações	% de participação	Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	% conforme Res. 2682
	Curso normal	Atraso				
AA	185.397		185.397	23,49	0	
A	463.110	1.765	464.875	58,90	2.324	0,5
B	97.912	3.004	100.916	12,79	1.009	1
C	7.604	2.675	10.279	1,30	308	3
D	19.398	4.514	23.913	3,03	2.391	10
E	33	1.312	1.345	0,17	404	30
F	8	325	334	0,04	167	50
G	18	257	276	0,03	193	70
H	154	1.718	1.873	0,24	1.873	100
	<b>773.635</b>	<b>15.572</b>	<b>789.208</b>	<b>100,00</b>	<b>8.669</b>	

O valor de R\$ 15.572 (2022 - R\$ 27.339), apresentado na coluna atraso, é representado por saldos dos contratos com parcelas vencidas no final do exercício de 2023.

O montante renegociado da carteira de operações de crédito em 2023 foi de R\$ 51.993 (2022 – R\$51.389).

31 de dezembro de 2022						
Níveis de risco	Curso normal	Atraso	Total das operações	% de participação	Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	% conforme Res. 2682
AA	153.143		153.143	23,57	0	
A	362.761	3.465	366.226	56,36	1.831	0,5
B	84.296	4.239	88.535	13,63	885	1
C	4.845	3.875	8.720	1,34	262	3
D	17.278	1.486	18.764	2,89	1.876	10
E	106	1.914	2.020	0,31	606	30
F	11	917	928	0,14	464	50
G	0	1.333	1.333	0,21	933	70
H	13	10.110	10.123	1,56	10.123	100
	<b>622.453</b>	<b>27.339</b>	<b>649.793</b>	<b>100,00</b>	<b>16.980</b>	

**f. Composição das receitas de operações de crédito**

No demonstrativo de Resultado, a rubrica “Receitas da intermediação financeira – Operações de crédito” é composta de rendas de operações de crédito, nos montantes descritos:

	Semestre findo em 31 de dezembro de		Exercícios findos em 31 de dezembro de	
	2023	2022	2023	2022
Rendas de operações de crédito	47.229	79.888	89.767	79.888
Recuperação de crédito baixados como prejuízo	5.446	7.367	9.152	7.367
<b>Total Receitas de Operações de crédito</b>	<b>52.675</b>	<b>87.255</b>	<b>98.919</b>	<b>87.255</b>

**g. Cessão de crédito**

O BRP realizou no exercício operações de compra de carteira de crédito, do setor imobiliário. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2023 dessas operações é de R\$9.687 (2022 – R\$ 3.251).

Sobre estas, foram auferidos ganhos no valor de R\$217 (2022 – R\$122), referentes à diferença entre os saldos das operações à valor presente e o respectivo deságio proveniente da negociação da cessão, registrados na conta de “Prêmio a diferir sobre Operações de crédito”. Este saldo é diferido pelo prazo remanescente da carteira adquirida.



## 9 Outros créditos

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Impostos a compensar		
IR	1.822	1.710
CSLL	1.398	1.398
* Outros impostos a compensar	134	245
* Depósitos judiciais	822	666
Outros	51	40
<b>Total Outros créditos</b>	<b>4.226</b>	<b>4.059</b>
	<b>* Total - Circulante</b>	<b>3.270</b>
	<b>Total - Não circulante</b>	<b>956</b>
		<b>3.148</b>
		<b>911</b>

## 10 Ativos não financeiros mantidos para venda

Saldo composto por bens imóveis recebidos pelo Banco pela liquidação de operações de crédito de difícil ou duvidosa solução, cuja grande maioria é proveniente de operações de crédito imobiliário.

O Banco mantém esforços na venda e diluição desses ativos. A movimentação, quanto a adições e baixas do período, segue demonstrado no quadro a seguir:

	Ativos não financeiros mantidos para venda	( - ) Provisões para desvalorizações	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>19.377</b>	<b>(2.043)</b>	<b>17.334</b>
(+) Adições / Entradas	1.899	-	1.899
(-) Baixas / Vendas	(2.231)	-	(2.231)
<b>Saldo em 30 de junho de 2023</b>	<b>19.045</b>	<b>(2.043)</b>	<b>17.001</b>
(+) Adições / Entradas	1.151	-	1.151
(-) Baixas / Vendas	(2.379)	-	(2.379)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>17.816</b>	<b>(2.043)</b>	<b>15.773</b>
	<b>Total - Circulante</b>		<b>2.704</b>
	<b>Total - Não circulante</b>		<b>13.069</b>

O resultado das vendas desses bens está classificado na rubrica “Resultado não operacional” da demonstração do resultado, com montante no exercício de R\$490 (2022 – R\$636).

## 11 Investimentos e participações em controladas

	Participação no Capital (%)	Patrimônio Líquido (R\$)	Resultado Equivalência Patrimonial (R\$)	Valor Contábil 31 de dezembro de 2023	Participação no Capital (%) - 2022	Valor Contábil 31 de dezembro de 2022
BRP Assessoria	96,00%	1.249	1.129	1.199	99,00%	571
Nuclea S.A	0,53%	2.874.624	-	9.884	0,49%	11.341
CRT4	0,00%	-	-	-	2,75%	1.872
Outros investimentos			-	5		5
<b>Saldo total</b>			<b>1.129</b>	<b>11.088</b>		<b>13.789</b>

### a. Participações em controlada

O Banco possui investimento no montante na BRP Assessoria Ltda., que tem como principal atividade a prestação de serviços de consultoria e assessoria financeira.

A mudança na participação da investida reflete as alterações de estatuto social ocorridas no exercício.

Os lucros auferidos no exercício foram distribuídos aos quotistas conforme estatuto social, tendo o BRP recebido o montante de R\$500 da investida (2022 – R\$ 0).

## b. Outros investimentos

O Banco possui outros investimentos que totalizam o montante de R\$ 9.889 (2022 - R\$ 13.218), que se referem, substancialmente, a participação na empresa Nuclea S/A. A investida distribuiu dividendos no exercício e o total recebido pelo Banco foi de R\$5.273 (2022 – R\$ 0).

Em 2023 a empresa Nuclea S/A incorporou as operações da registradora CRT4. A participação no BRP na registradora foi também incorporado à participação na Nuclea S/A.

## 12 Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens.

	Taxa a.a.	Custo aquisição	Depreciação acumulada	Custo líquido de depreciação	
				31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Móveis e equipamentos de uso	4%	93	(42)	51	45
Sistema de processamento de dados	20%	1.506	(730)	776	1.066
Benfeitorias e instalações	10% a 20%	1.503	(288)	1.215	1.390
<b>Saldo total</b>		<b>3.103</b>	<b>(1.061)</b>	<b>2.042</b>	<b>2.501</b>

## 13 Depósitos e demais instrumentos financeiros

### a. Composição por vencimento

	Vencimento				31 de dezembro de 2023
	Sem vencimento	Até 90 dias	De 90 a 360 dias	Acima de 360 dias	
<b>Depósitos</b>					
Depósito à vista	34.115	-	-	-	34.115
Depósito a prazo	-	5.644	4.147	188.055	197.846
	<b>34.115</b>	<b>5.644</b>	<b>4.147</b>	<b>188.055</b>	<b>231.960</b>
<b>Relações interfinanceiras</b>					
Vinculados a compromisso de revenda: LTN	308.549	-	-	-	308.549
	<b>308.549</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>308.549</b>
<b>Recursos de aceites e emissão de títulos</b>					
Recursos de aceites e emissão de títulos - LCI/LCA	-	32.036	113.732	297.839	443.607
LF - Letra Financeira	-	-	119.320	5.018	124.339
	<b>-</b>	<b>32.036</b>	<b>233.052</b>	<b>302.857</b>	<b>567.946</b>
<b>Total</b>	<b>342.664</b>	<b>37.680</b>	<b>237.199</b>	<b>490.912</b>	<b>1.108.455</b>
Circulante					617.543
Não circulante					490.912

	Vencimento				31 de dezembro de 2022
	Sem vencimento	Até 90 dias	De 90 a 360 dias	Acima de 360 dias	
<b>Depósitos</b>					
Depósito à vista	14.966	-	-	-	14.966
Depósito a prazo	-	16.428	29.810	110.021	156.259
Depósito a prazo com garantia especial	-	-	23.784	-	23.784
	<b>14.966</b>	<b>16.428</b>	<b>53.594</b>	<b>110.021</b>	<b>195.009</b>
<b>Relações interfinanceiras</b>					
Vinculados a compromisso de revenda: LTN	132.348	-	-	-	132.348
	<b>132.348</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>132.348</b>
<b>Recursos de aceites e emissão de títulos</b>					
Recursos de aceites e emissão de títulos - LCI/LCA	-	67.803	185.572	86.410	339.784
LFG - Letra Financeira Garantida	-	-	-	103.486	103.486
	<b>-</b>	<b>67.803</b>	<b>185.572</b>	<b>189.896</b>	<b>443.271</b>
<b>Total</b>	<b>147.314</b>	<b>84.231</b>	<b>239.165</b>	<b>299.917</b>	<b>770.627</b>
<b>Circulante</b>					<b>470.710</b>
<b>Não circulante</b>					<b>299.917</b>

**b. Composição das exposições dos instrumentos de captação, por indexador (\*)**

	31 de dezembro de 2023		31 de dezembro de 2022	
	Valor	% de alocação	Valor	% de alocação
CDI	748.483	97,7%	479.908	77,0%
IPCA	17.309	2,3%	134.679	21,6%
PRE	-	0,0%	8.727	1,4%
<b>Total captação</b>	<b>765.792</b>	<b>100%</b>	<b>623.314</b>	<b>100%</b>

(\*) exceto depósitos à vista e operações vinculadas à compromisso de revenda

O custo destes instrumentos de captação, está classificado no demonstrativo de resultado, na rubrica “Despesas da intermediação financeira - Operações de captação”, no montante de:

	Semestre findo em 31 de dezembro de		Exercícios findos em 31 de dezembro de	
	2023	2022	2023	2022
Custo de instrumentos de captação	(39.919)	(78.828)	(78.828)	(69.071)
Custo operações compromissadas	(19.172)	(31.876)	(31.876)	(17.964)
Fundo Garantidor de Crédito	(333)	(675)	(675)	(960)
<b>Total Despesa Operações de captação</b>	<b>(59.424)</b>	<b>(111.379)</b>	<b>(111.379)</b>	<b>(87.995)</b>

## 14 Obrigações por empréstimos e repasse

	Vencimento			31 de dezembro de 2023
	Até 90 dias	De 90 a 360 dias	Acima de 360 dias	
Repasses do BNDES (i)	-	-	3.219	3.219
Repasses do FINAME (i)	-	48	37.695	37.743
Repasses FUNCAFÉ (ii)	6.909	248.914	29.695	285.518
<b>Total</b>	<b>6.909</b>	<b>248.962</b>	<b>70.610</b>	<b>326.481</b>

	Vencimento			31 de dezembro de 2022
	Até 90 dias	De 90 a 360 dias	Acima de 360 dias	
Repasses do BNDES (i)	-	175	777	952
Repasses do FINAME (i)	-	87	30.684	30.771
Repasses FUNCAFÉ (ii)	9.554	218.693	32.121	260.368
<b>Total</b>	<b>9.554</b>	<b>218.955</b>	<b>63.582</b>	<b>292.091</b>

- (i) Referem-se a repasses de recursos do BNDES/FINAME, com vencimento final até 2027, sobre as quais incide a Taxa de Longo Prazo (TLP), taxa fixa do BNDES (TFB), pré-fixada, taxa Selic e dólar.
- (ii) Referem-se a repasses de recursos do FUNCAFÉ, sobre as quais incide taxa de juros aproximadamente de 8% a.a. (2022 – 8% a.a.) para os recursos liberados aos clientes e taxa Selic para os recursos ainda não liberados.

No demonstrativo de Resultado, a rubrica “Operações de empréstimos e repasses”, no valor total de R\$24.754 (2022 – R\$17.505), correspondem aos valores repassados pelos agentes financeiros na utilização de recursos direcionados, sendo, R\$13.639 (2022 – R\$8.957) para recursos do FUNCAFÉ repassados, R\$7.414 (2022 – R\$6.930) para recursos do FUNCAFÉ não repassados (remunerados à Selic) e R\$3.701 (2022 – R\$1.618) referente aos programas do BNDES/FINAME.

## 15 Outras obrigações

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
<b>Sociais e estatutárias</b>		
Juros sobre capital próprio (Nota 18)	3.579	5.111
	<b>3.579</b>	<b>5.111</b>
<b>Fiscais e previdenciárias</b>		
IR / CSLL corrente a recolher	9.843	-
Encargos sobre folha de pagamento	757	689
Outros impostos a recolher	695	450
	<b>11.296</b>	<b>1.139</b>
<b>Diversas</b>		
Participações no resultado	1.750	2.000
Encargos trabalhistas	766	755
Provisões para contingências (Nota 17)	310	653
Outros	2.544	1.605
	<b>5.370</b>	<b>5.014</b>
<b>Total - Circulante</b>	<b>2.826</b>	<b>3.408</b>
<b>Total - Não circulante</b>	<b>2.544</b>	<b>1.605</b>

## 16 Imposto de renda e contribuição social

### a. Conciliação de alíquota

	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Resultado antes dos impostos sobre lucros e participações	38.851	28.334
Despesas de participações no resultado - PLR	(3.175)	(3.837)
<b>Resultado antes dos impostos sobre os lucros</b>	<b>35.675</b>	<b>24.497</b>
Adições (exclusões) permanentes, líquidas	(18.270)	(22.650)
Adições (exclusões) temporárias, líquidas	17.138	(1.918)
<b>Base de cálculo</b>	<b>34.543</b>	<b>(71)</b>
IRPJ (15%)	5.181	-
Adicional (10%)	3.430	-
Incentivos fiscais	(448)	-
IRPJ (25%)	8.165	-
CSLL (20% - 2023 / 21% - 2022)	6.909	-
Ajuste Majoração Alíquota CSLL		
<b>Total</b>	<b>15.073</b>	<b>-</b>

### b. Composição dos tributos diferidos

	31 de dezembro de 2022	Constituição	Realização	31 de dezembro de 2023
<b>Créditos tributários</b>				
<b>IRPJ e CSLL diferido sobre:</b>				
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	11.879	1.673	(2.402)	11.150
Impairment de outros valores e bens	919	-	-	919
Provisão para contingências	294	8	(162)	140
Participações no resultado	900	1.372	(1.484)	788
Ajuste a mercado de títulos de valores mobiliários	8.921	14.691	(19.421)	4.191
Outros	10	140	(138)	12
Instrumentos Financeiros	-	625	(625)	-
	<b>22.923</b>	<b>18.509</b>	<b>(24.232)</b>	<b>17.200</b>
<b>Débitos tributários</b>				
<b>IRPJ e CSLL diferido sobre:</b>				
Ajuste a mercado de instrumentos financeiros	(7.744)	9.445	(1.701)	-
	<b>(7.744)</b>	<b>9.445</b>	<b>(1.701)</b>	<b>-</b>
<b>Total dos tributos diferidos</b>	<b>15.179</b>	<b>27.954</b>	<b>(25.933)</b>	<b>17.200</b>

### c. Estimativas de realização

Com base nas informações e análises mencionadas, e nas principais considerações e premissas descritas no estudo de realização, o valor presente desse crédito, utilizando a taxa CDI de 31 de dezembro de 2023 de 0,92% a.m., é de R\$11.806 (2022 – R\$14.062), assegura adequadamente o registro contábil e sua realização estimada no primeiro ano de R\$3.825, no segundo ao quinto ano no valor de R\$6.310 e para os demais anos, de R\$1.670. Não existem saldos de Crédito Tributário não ativados no período.

## 17 Contingências

O Banco é parte em ações judiciais tributárias, trabalhistas e cíveis, decorrentes do curso normal das operações.

As contingências cíveis estão constituídas por processos movidos contra o Banco referente às operações de créditos inadimplentes e, também, ações movidas por terceiros, pleiteando revisões contratuais dos créditos ou por danos morais. Atualmente, existem ações movidas contra o Banco sendo avaliadas pelos advogados como probabilidade de perda provável cujo risco mensurado está provisionado na rubrica “Outras obrigações” no montante de R\$310 (2022 – R\$653). A instituição tem expectativas de desembolso dessas provisões nos próximos doze meses.

	Cíveis	Trabalhistas	Fiscal	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>653</b>	-	-	<b>653</b>
(+) Constituições	-	-	-	-
(-) Reversões	(27)	-	-	(27)
(-) Pagamentos	(333)	-	-	(333)
<b>Saldo em 30 de junho de 2023</b>	<b>293</b>	-	-	<b>293</b>
(+) Constituições	17	-	-	17
(-) Reversões	-	-	-	-
(-) Pagamentos	-	-	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>310</b>	-	-	<b>310</b>

Conforme avaliação dos assessores legais do Banco, existem causas com probabilidade possível de perda, referente à processos cíveis no total de R\$9.299 (2022 – R\$10.180) e trabalhistas que montam R\$205 (2022 – R\$146) e que, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, não estão provisionadas. Também conforme a referida avaliação, não há processos tributários avaliados com probabilidade de perda provável e processos tributários avaliados com probabilidade de perda possível.

## 18 Patrimônio líquido

O capital social, subscrito e integralizado e sua composição acionária é a seguinte:

		31 de dezembro de 2023		31 de dezembro de 2022	
		Quantidade ações	Valor (R\$)	Quantidade ações	Valor (R\$)
Varuna Investimentos Financeiros S/A	100%	203.930.660	204.864	182.678.119	183.612

Conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 28 de março de 2023 foi aprovado o aumento do capital com a emissão de 21.252.541 novas ações ordinárias, sendo utilizados recursos de reservas como segue: legal – R\$1.181, de lucros – R\$16.544 (sendo R\$11.683 de Reserva especial de lucro e R\$4.861 de juros sobre capital próprio adicional proposto), créditos dos acionistas de juros sobre capital próprio – R\$3.527 (composto por R\$5.908, descontados R\$1.615 de imposto de renda retido na fonte e R\$766 de remuneração paga à Varuna em 2023).

O referido aumento de capital foi homologado pelo BACEN em 25 de abril de 2023.

O total do Patrimônio Líquido ao final do exercício é de R\$221.832, sendo: R\$204.864 – Capital social; R\$1.131 – Reserva legal; R\$15.837 – Reserva especial de lucros.

A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite definido pela legislação societária.

Aos acionistas está assegurado estatutariamente dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. No exercício de 2023, o BRP contabilizou juros sobre capital próprio conforme quadro demonstrativo:

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Juros sobre Capital Próprio no exercício	13.840	10.770
Juros sobre Capital Próprio previsto do no Estatuto	5.655	5.908
IRRF recolhido	(2.076)	(1.615)
Juros sobre Capital Próprio - mínimo obrigatório	3.579	4.293
Juros sobre Capital Próprio - Adicionais Propostos	8.185	4.862

## 19 Gerenciamento de Riscos, Capital e Análise de Sensibilidade

O BRP tem como modelo corporativo a tomada de decisão de forma colegiada, onde o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva exercem papel primordial nas atribuições e supervisão dos controles de risco e capital. Na estrutura de gerenciamento, o Diretor de Risco é responsável pela implementação e adequação dos níveis aceitáveis de risco, bem como da aderência às políticas, processos, sistemas, relatórios e modelos de gerenciamento de riscos. Os riscos inerentes às atividades operacionais são disseminados aos colaboradores e todos são responsáveis na mitigação deles.

### a. Risco de crédito

As contrapartes do Banco são submetidas a um rigoroso processo de análise de crédito, cujo foco principal é a avaliação da capacidade de pagamento, tomando-se por base simulações do fluxo de caixa, alavancagem e cronograma da dívida, qualidade dos ativos, cobertura de juros e capital de giro. Aspectos de natureza qualitativa, tais como orientação estratégica, setor de negócios, áreas de especialização, eficiência, ambiente regulatório e participação no mercado, são sistematicamente avaliados e complementam o processo de análise de crédito. Os limites de crédito das contrapartes do Banco são analisados e aprovados pelo Comitê de crédito a cada nova operação, sendo a análise de crédito, de vital importância dentro da estrutura do BRP, pois é nessa etapa que ocorre a análise de documentos cadastrais, contábeis e gerenciais onde se pode:

- Conhecer o negócio, estrutura patrimonial e financeira, composição societária, setor de atuação, entre outras informações a respeito dos proponentes;
- Identificar e apontar os pontos de risco inerentes ao negócio do proponente e/ou setor de atuação, a fim de que haja maior segurança na tomada de decisão de Crédito
- Avaliar a capacidade de pagamento do proponente frente aos recursos financeiros já contraídos e a novas concessões
- Identificar as ocorrências suspeitas de atividades ilícitas previstas na Lei nº 9.613/1998.

### b. Risco de mercado

A análise de risco de mercado é feita com base nos diversos fatores de mercado que podem afetar as posições do Banco, entre os quais se destacam: taxa de juros, preços de inflação, variação cambial e outros. Na gestão do risco de mercado, as operações são classificadas em Negociação e Não Negociação.

Nas operações classificadas como Negociação o BRP utiliza a metodologia “*value-at-risk*” para mensurar o risco. Essa metodologia é baseada em técnicas de simulação histórica e análise dos cenários. Nas operações classificadas como Não Negociação o BRP adota o modelo IRRBB (Instrumentos classificados na carteira bancária) -  $\Delta$  NII, que consiste em calcular a margem financeira do portfólio, levando-se em consideração a receita de juros dos ativos e as despesas de juros dos passivos, para o período de um ano. Este modelo aprimora a análise de sensibilidade da taxa de juros sobre a carteira de ativos e passivos.

Cabe a área de Risco gerenciar o risco de mercado da instituição, em cumprimento ao que determina a Resolução nº 4.557/17 do CMN, estabelecer os limites de exposição e tipos de ativos levando-se em conta fatores como a volatilidade do mercado, cenários previstos, oportunidades de lucro, riscos potenciais e as necessidades de financiamento do BRP, definir os prazos dos horizontes de maturação das exposições da carteira de negociação e da aderência a metodologia adotada pela carteira bancária.

**c. Risco de liquidez**

O Banco gerencia o risco de liquidez concentrando sua carteira em ativos de alta qualidade e com alta capacidade de solvência. O Banco mantém uma forte estrutura de capital e um baixo grau de alavancagem. Os eventuais descasamentos entre ativos e passivos são monitorados, considerando o impacto de condições extremas de mercado, a fim de avaliar a sua capacidade de realizar ativos ou reduzir alavancagem.

**d. Risco operacional**

A área de Riscos é responsável pela atividade de gerenciamento do risco operacional do Banco. Com a estrutura definida, visando ao estabelecido na Resolução nº 4.557/17 do CMN, foram implementadas a política institucional, os processos, os procedimentos e os sistemas necessários para que a gerência identifique, avalie, monitore e controle os riscos associados ao Banco.

**e. Risco Socioambiental**

A área de Riscos é responsável pela atividade de gerenciamento do risco socioambiental com especificações dispostas na Resolução CMN nº 4.945/21. Os riscos socioambientais são identificados como um dos componentes das diversas modalidades de risco a que a instituição está exposta. Compete a área a identificação, classificação, avaliação, monitoramento, mitigação e controle do risco socioambiental de todas as suas atividades e operações dos clientes, analisando a implementação da governança dos clientes no que se refere à gestão de políticas ambientais e sociais sob ótica de danos relacionados a poluição, à saúde humana, segurança, impactos em comunidades e ameaças à biodiversidade.

Além gestão de risco socioambiental, o BRP tem como responsabilidade implementar as melhores práticas que promovam o bem-estar do seu público interno (funcionários, acionistas etc.) e externo (comunidade, parceiros, meio ambiente etc.). É uma prática voluntária, que envolve o benefício da coletividade e não deve ser confundida exclusivamente por ações compulsórias impostas pelo regulador.

**f. Gerenciamento de capital**

Visando atendimento à Resolução nº 4.557/17 do CMN, o Banco Ribeirão Preto S.A. tem adotado uma política de gerenciamento de capital que constitui um conjunto de princípios e procedimentos e instrumentos que asseguram a adequação de capital do Banco de forma tempestiva, abrangente e compatível



com os riscos incorridos pela instituição, de acordo com natureza e complexidade dos produtos e serviços oferecidos a seus clientes.

## • Limites Operacionais

### Índice de Basileia

Em 23 de fevereiro de 2017, o Banco Central do Brasil divulgou a Resolução CMN nº 4.557/2017, que estabeleceu a necessidade de implementação de estrutura de gerenciamento de capital para as instituições financeiras.

O BRP possui mecanismos que possibilitam a identificação e a avaliação dos riscos relevantes incorridos, inclusive aqueles não cobertos pelo Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR). As políticas e as estratégias, bem como o plano de capital, possibilitam a manutenção do capital em níveis compatíveis com os riscos incorridos pelo BRP. Os testes de estresse são realizados periodicamente e seus impactos são avaliados sob a ótica de consumo de capital. Os relatórios gerenciais de adequação de capital são reportados para os usuários internos e para os comitês estratégicos, constituindo-se em subsídio para o processo de tomada de decisão pela Alta Administração do BRP.

O Índice de Basileia foi apurado segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.955/2021 e nº 4.958/2021, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWAs).

A metodologia de apuração do capital regulamentar, continua a ser estabelecida nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido de Ajustes Prudenciais) e Capital Complementar, e o escopo utilizado para verificação dos limites operacionais.

Conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.958/2021, o requerimento mínimo de Patrimônio de Referência corresponde a 8%, que somado a 2% no período de 1º de outubro de 2021 a 31 de março de 2022, e 2,5% a partir de 1º de abril de 2022 de Adicional de Conservação de Capital, totaliza a exigência de PR em 10,5%. A apuração dos índices de capital é calculada de forma consolidada com base nas informações do Conglomerado Prudencial, cuja definição é estabelecida pela Resolução CMN nº 4.950/2021, como demonstrado a seguir:

		<b>31 de dezembro de 2023</b>	<b>31 de dezembro de 2022</b>
	Patrimônio de Referência (PR)	221.831	201.337
	Patrimônio de Referência Nível I	221.831	201.337
	Capital Principal (CP)	221.831	201.337
<b>Ativos Ponderados pelo Risco</b>	Ativos Ponderados por Risco - RWA	1.305.430	1.325.251
	RWA para Risco de Crédito por Abordagem Padronizada - RWACPAD	1.025.898	958.643
	RWA para Risco de Mercado - RWAMPAD	177.451	263.235
	RWA para Risco Operacional por Abordagem Padronizada - RWAOPAD	102.081	103.373
	IRRBB	50.339	47.509
	RWA + IRRBB	1.355.769	1.372.761
<b>Requerimentos do Capital</b>	Capital Principal Mínimo Requerido para o RWA	58.744	59.636
<b>Margem sobre os</b>	Margem sobre o Capital Principal Requerido	163.086	141.701
<b>Requerimentos de Capital</b>	Margem sobre o Patrimônio de Referência Nível I Requerido	163.086	141.701
	Índice de Capital Principal (CP/RWA)	16,4%	14,7%

A ponderação de risco de crédito (RWACPAD) já contempla as mudanças estabelecidas pela Resolução

BCB nº 229/22, que estabelece os procedimentos para cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco referente às exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo de requerimento de capital, mediante abordagem padronizada.

## 20 Transações com partes relacionadas

Partes relacionadas ao Banco são seus acionistas, empresas a eles ligadas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da diretoria e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC nº 05, consolidada pelo CMN através da Resolução nº 4.818/20.

As transações foram realizadas dentro das características normais do mercado financeiro e dos respectivos produtos, sendo remuneradas levando em consideração o índice do CDI, taxas prefixadas ou indexadas a índices de inflação, e apresentam os seguintes saldos e operações em 31 de dezembro:

Classificação	Descrição	31 de dezembro de 2023		31 de dezembro de 2022
		Saldo	Rendimentos pagos no semestre	Saldo
<b>Pessoal chave da administração</b>				
Pessoa Física				
	Depósitos	2.305	91	428
	Recursos de aceites e emissão de títulos - LCI/LCA	27.431	2.870	21.258
		<b>29.736</b>	<b>2.961</b>	<b>21.686</b>
Pessoa Jurídica				
	Depósitos	27.387	829	892
		<b>27.387</b>	<b>829</b>	<b>892</b>
<b>Controlada</b>				
Pessoa Jurídica				
	Depósitos	-	-	601
		-	-	<b>601</b>

### a. Remuneração da diretoria

As despesas no exercício com remuneração dos diretores são compostas, basicamente, de salários e encargos, participação nos lucros e gratificações, e são registradas junto as despesas dessas naturezas dos demais colaboradores, na rubrica “Despesas de pessoal” e “Participação nos resultados” na demonstração do resultado do ano.

**21 Outras despesas e receitas operacionais**

	Semestre findo em	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
	31 de dezembro de	2023	2022
<b>Receitas de prestação de serviços</b>			
Comissão de estruturação / reestruturação	1.471	2.368	2.117
Tarifas bancárias	796	1.275	1.199
	<b>2.266</b>	<b>3.643</b>	<b>3.316</b>
<b>Despesas de pessoal</b>	<b>(6.241)</b>	<b>(12.521)</b>	<b>(11.883)</b>
<b>Outras despesas administrativas</b>			
Tecnologia da informação	(2.140)	(4.271)	(4.000)
Serviços Prestados *	(2.325)	(3.587)	(2.757)
Legais / Jurídicas	(648)	(1.569)	(1.516)
Despesas com Ativos não financeiros mantidos para venda	(1.363)	(2.131)	(1.359)
Instalação / Ocupação	(488)	(916)	(797)
Depreciações	(235)	(496)	(398)
Doações, Publicações e Eventos	(507)	(640)	(160)
Outras	(574)	(1.073)	(989)
	<b>(8.282)</b>	<b>(14.683)</b>	<b>(11.976)</b>
<b>Despesas tributárias</b>	<b>(1.535)</b>	<b>(3.220)</b>	<b>(2.513)</b>
	<b>(1.535)</b>	<b>(3.220)</b>	<b>(2.513)</b>
<b>Outras receitas operacionais</b>	<b>5</b>	<b>11</b>	<b>11</b>
	<b>5</b>	<b>11</b>	<b>11</b>
<b>Resultado de participação em controlada</b>	<b>1.203</b>	<b>1.129</b>	<b>493</b>
	<b>1.203</b>	<b>1.129</b>	<b>493</b>
<b>Total</b>	<b>(12.583)</b>	<b>(25.641)</b>	<b>(22.552)</b>

\*Inclui o valor referente aos honorários líquidos dos auditores independentes no total de R\$323 no exercício.

**22 Outras informações**

- (i) Foi auferido na rubrica de “Resultado não operacional” da Demonstração do Resultado do Exercício, o valor de R\$2.983 (2022 –R\$8.607), sendo R\$2.423 (2022 – R\$7.890) referente à valorização das ações da Nuclea S/A (Nota 11), R\$490 (2022 –R\$636) referente aos resultados auferidos nas vendas de ativos não financeiros (Nota 10) e R\$70 (2022 – R\$80) referente a outras rendas não operacionais.
- (ii) Durante o exercício, foram provisionadas participações no resultado no montante de R\$3.175 (2022 – R\$3.837) baseado nas métricas definidas pela instituição.
- (iii) No Balanço Patrimonial a rubrica de “Créditos a receber”, no montante R\$17.543 (2022 – R\$ 18.011) referem-se, substancialmente, à dois contratos de permuta financeira com empreendedoras, dos quais foram recebidos R\$394 no exercício, referente ao valor líquido das vendas efetivamente realizadas das unidades, conforme fluxo acordado no contrato.

**23 Eventos subsequentes**

A administração não teve conhecimento de eventos subsequentes até a divulgação dessas demonstrações financeiras.

\* \* \*